

**PELOS DIREITOS, PELA CONTRATAÇÃO COLECTIVA**

**5** **Abri** **CONCENTRAÇÃO**  
**2013** **nacional**



**LISBOA - 10h30**

## **RESOLUÇÃO**

A mando de interesses financeiros e das suas políticas neoliberais, a pretexto da troika estrangeira e indo muito além do Pacto de Agressão que assinaram, o governo PSD/CDS-PP pretende preparar as empresas do Grupo Águas de Portugal para a futura entrega ao sector privado de sectores fundamentais da nossa economia.

Num processo megalómano, o Governo tudo faz para concentrar as actuais 19 empresas do Sector das Águas em 4 ou 5 mega empresas, preparando já o caminho para uma futura privatização de acordo com o interesse já conhecido de grupos estrangeiros.

O negócio da privatização da água é apresentado como forma de melhorar os serviços, atrair capitais, modernizar a gestão pública, etc. Mas o que se verifica é exactamente o inverso, num processo marcado pela crescente promiscuidade entre público e privado, pela opacidade, a corrupção e a perda de direitos.

No caso da água em Portugal, os enormes progressos alcançados ao longo dos anos resultaram de avultados investimentos de dinheiros públicos, com apoios de fundos comunitários, pelo que a entrega aos privados deste sector fundamental para a economia nacional, será mais um caso em que o sector público assegura o grosso dos investimentos necessários para em seguida o sector privado lucrar com os investimentos feitos com o dinheiro de todos os portugueses.

Sem a mínima preocupação, o Governo continua a exercer chantagem sobre as autarquias para transferirem as águas em baixa para os sistemas multimunicipais que, simultaneamente, vão preparando o caminho para a fusão que permitirá finalmente a privatização de 4 ou 5 grandes sistemas altamente apetecíveis para a gula do lucro do sector privado.

Ao mesmo tempo, vai avançando discretamente com o processo de privatização do Sector dos Resíduos, através da empresa EGF, sem o mínimo respeito pelos trabalhadores ao seu serviço que são encarados assim como mais uma peça de equipamento descartável das empresas a privatizar.

O sector dos resíduos é fundamental ao desenvolvimento do País e um factor essencial para a preservação e conservação do meio ambiente, para a coesão social e económica, para a saúde pública e a qualidade de vida das populações. É por isso um sector que deve manter-se público e não deve ser transformado num negócio.

Fruto do enorme investimento público, nacional e comunitário, efectuado nas últimas décadas, o País registou enormes avanços neste domínio alcançando hoje uma taxa de cobertura de 100% da população portuguesa servida por sistemas de recolha de resíduos. No campo do tratamento e valorização de resíduos, os avanços foram igualmente notórios.

Com a criação dos sistemas multimunicipais, detido maioritariamente pela EGF, esta controla a grande parte das actividades de recolha, tratamento e valorização de resíduos, abrangendo 174 municípios e 58% da população portuguesa, empregando 2 mil trabalhadores. Com um volume de negócios de cerca de 170 milhões de euros, a empresa apresentou lucros em 2011 de 6.4 milhões de euros, sendo que o lucro do grupo, que inclui as 11 empresas participadas, é bem superior, ascendendo no total a 21 milhões de euros.

Hoje, o Governo vai preparando o aumento dos preços e tarifas, tanto da água e saneamento como dos resíduos, cujo peso é cada vez maior nos orçamentos municipais, no bolso dos cidadãos e das pequenas e médias actividades, como forma de tornar o sector mais lucrativo e apetecível aos interesses privados, os quais vão já avisando que as dívidas das autarquias às empresas terão de ser resolvidas a montante da privatização, ou seja, pelo Estado.

Dívidas que, convém sublinhar, resultam na maioria dos casos de preços inoportáveis impostos aos municípios para pagar sistemas cujas soluções e projectos se revelaram completamente desfasados das realidades locais, além do facto de que alguns municípios, procuram ainda assim praticar preços sociais, evitando penalizar mais as populações numa altura em que o País atravessa uma profunda crise económica.

A privatização não tem justificação. Estas empresas são detentoras de um valioso património público e uma importante fonte de receitas, cuja alienação, significaria a perda de receitas para o erário público mas sobretudo, a perda de controlo de mais dois sectores essenciais a favor dos grupos económicos e das grandes multinacionais que assim substituiriam o Estado, colocando na sua dependência as centenas de autarquias que neles participam à revelia da vontade dos órgãos locais e das respectivas populações que os elegeram.

Fingindo ignorar esta situação o governo aponta a privatização da EGF e a concentração e verticalização do sector das Águas (com vista a uma futura privatização, claro...) como as panaceias de todos os problemas destes sectores e inclusive como uma inevitabilidade no âmbito do programa de agressão que desenhou com a Troika estrangeira.

Para conseguir estes objectivos, o Governo e a Administração da *holding* estatal Águas de Portugal tudo têm feito para impor a desregulamentação laboral nas empresas do grupo, fugindo às negociações do Acordo Colectivo de Trabalho em mesa directa com o sindicato, recusando a negociação de AEs específicos nas empresas, e fugindo à resolução dos problemas apresentados pelos trabalhadores em Cadernos Reivindicativos.

Operando-se a verticalização dos sistemas no sector das águas, os trabalhadores hoje ao serviço das autarquias passarão a estar ao serviço das Águas de Portugal, passando assim a constituir a maioria dos trabalhadores destas empresas, só podendo desempenhar as mesmas funções em empresas do Grupo AdP em cedência de interesse público ou, no limite, por desvinculação da entidade empregadora pública onde prestam serviço e celebração de contrato com a nova empresa.

Em qualquer dos casos, a intenção do Governo, levada a cabo pela Administração do Grupo, é clara: diminuir os salários praticados e atacar os direitos adquiridos ao longo dos anos com o aumento dos horários de trabalho, a diminuição de dias de férias e a deslocalização dos trabalhadores, cuja gravidade se torna tanto mais evidente quando se olha para os mega-sistemas que o Governo quer criar, para citar apenas as mais gravosas.

Parece-nos claro hoje que as intenções do Governo e da Administração do Grupo Águas de Portugal não passarão pela integração destes trabalhadores nos quadros dos mega-sistemas a criar, numa primeira fase, de transição, a opção andarà pela cedência de interesse público, com a intenção de absorver os seus conhecimentos dos sistemas em baixa, para numa fase posterior os “devolver à procedência” e contratar novos trabalhadores por salários muito mais baixos, na perspectiva de tornar o negócio (ainda mais) apeteçível aos privados.

Perante o quadro negro que o Governo e a Administração da Águas de Portugal têm vindo a desenhar, de privatização de sectores essenciais para a economia portuguesa, de total desrespeito pelos direitos e garantias dos trabalhadores, constitucionais, legais e convencionais, a Concentração Nacional dos Trabalhadores do Grupo Águas de Portugal, sob o lema *“Pelos Direitos, Pela Contratação Colectiva”*:

- Exige a manutenção das empresas do Sector dos Resíduos, na esfera pública, reclamando o cessar imediato do processo de privatização da EGF;
- Exige o fim dos processos de concentração das actuais 20 empresas do Sector da Água em 4 ou 5 megaempresas, sem outro objectivo que não seja o de criar escala para uma futura privatização;
- Exige a assunção de políticas pelo Governo que promovam a prestação de serviços públicos de qualidade às populações e a participação fundamental dos órgãos competentes das autarquias locais no processo de decisão em relação às políticas das empresas do Grupo Águas de Portugal em que são participantes, na real consagração da democratização de serviços públicos essenciais;
- Exige o respeito pelos direitos dos trabalhadores ao serviço das empresas do grupo Águas de Portugal, legais e convencionais, bem como a definição de regras laborais iguais para todas as empresas do Grupo;
- Exige ao Governo que tome as medidas adequadas a garantir a efectivação de processos de contratação colectiva que abranjam todas as empresas do Grupo, quer ao nível geral, através do desbloqueamento das negociações em mesa directa dos Acordos Colectivos de Trabalho, quer ao nível local, com a negociação de Acordos de Empresa que reflectam as particularidades de cada empresa do Grupo, no integral cumprimento da obrigação de promoção da contratação colectiva pelo estado, de modo que as convenções colectivas sejam aplicáveis ao maior número de trabalhadores e empregadores, consagrado na Constituição e na Lei;

**E decide:**

- ✓ Desenvolver todas as formas de luta que se mostrem adequadas à concretização de processos de contratação colectiva que garantam o reforço e efectivação do direito ao

emprego e ao emprego com direitos, a salários justos e a condições de vida dignas para todos os trabalhadores ao serviço das empresas do grupo Águas de Portugal;

- ✓ Lutar sem tréguas contra toda e qualquer tentativa de privatização, mantendo os sectores da água e dos resíduos na esfera pública, sujeita ao controlo democrático das populações e dos órgãos do Poder Local Democrático criado pela Constituição de Abril, na defesa intransigente de serviços públicos essenciais;
- ✓ Saudar e apoiar activamente em todos os distritos a “Marcha Contra o Empobrecimento – Pela Mudança de Políticas e de Governo”, promovida pela CGTP-IN e a decorrer entre os dias 6 a 13 de Abril;
- ✓ Participar activamente nas comemorações do 25 de Abril e, em particular, do 1º de Maio, Dia do Trabalhador, exigindo uma mudança de políticas e de governo que promova o direito ao trabalho com direitos e o futuro do País.

A Concentração Nacional de Trabalhadores do Grupo Águas de Portugal

Lisboa, 5 de Abril de 2013